

‘Se há capacidade e oportunidade, há também responsabilidade’

É do P. Arrupe a frase que intitula este texto; foi proferida num discurso sobre Nossa Atividade Missionária durante a 31ª Congregação Geral (Out. 1965). Ele se referia à centralidade da ação missionária no ‘Instituto’ (o ser) da Companhia, estimulando os jesuítas a irem além de formulações “elegantes e frases bem lapidadas, porque muitas vezes escondem um problema grave que não costuma ferir bastante quem percorre rapidamente o Decreto”. Por isso, queixava-se o P. Arrupe de perceber que “a voz de dois bilhões de homens e o destino de tantos e seus imensos problemas escapam a muitos dos Nossos”.

No referido discurso há coisas que já não podemos resgatar, porque a compreensão dos desafios apostólicos missionários e, sobretudo: das respostas a dar, mudaram radicalmente durante os 56 anos que nos separam da 31ª C.G.; especialmente o que diz respeito à diferença entre territórios missionários e territórios cristãos. Mas, no conjunto do discurso, os critérios apostólicos que o P. Arrupe recorda ‘mantém-se de pé’ de uma forma extraordinariamente atual.

1. O princípio da universalidade territorial e dos meios. “Se nas deliberações da Companhia consideramos o mundo como uma unidade e aplicamos os critérios próprios para a seleção de ministérios, não poderemos deixar de empregar nossas forças no apostolado com uma visão mais universal e com uma norma mais uniforme (...). É claro, também, o princípio da unidade, que rejeita o conceito de Federação das Províncias da Companhia (...). A Companhia deve ter diante dos olhos as necessidades e oportunidades de todo o mundo para fazer uma seleção de forças verdadeira e eficaz”.

2. O princípio da paridade ou igualdade. “Os homens enquanto tais são todos iguais: têm o mesmo dever de conhecer a verdade e gozam do mesmo direito de serem ajudados a cumprir esse dever. Sob este aspecto fundamental, desaparece todo sentido de superioridade que conservam os povos ocidentais e se levanta o véu com que se cobrem indevidamente outros tantos direitos humanos”.

3. O princípio da responsabilidade. “Daí decorre que todos temos o mesmo sentido de responsabilidade, que é universal e se aplica da mesma forma a todos os membros da Companhia. Todos devem ser responsáveis pelas obras da Companhia e de prestar à Igreja todo tipo de ajuda. Responsabilidade que se há de comprovar não tanto por palavras, mas por atos, tanto na ordem espiritual como na apostólica. Os próprios Provinciais, nas suas Consultas de Província devem lembrar-se, de acordo com as Constituições, do bem universal de toda a Companhia. Equivoca-se quem quisesse medir a sua responsabilidade pela proximidade geográfica ou afetiva: Nós somos ‘cidadãos do mundo’”.

4. Princípio de mobilidade. “O membro da Companhia, por Instituto, deve estar pronto para ir a qualquer lugar, não buscando senão o bem universal. Isso nos torna cidadãos de todo o mundo e cooperadores da missão universal confiada à Igreja de Cristo (...). Colocam-se agora muitos impedimentos a esta mobilidade inaciana, alguns dos quais procedem mais do que da estrutura ou das próprias instituições, da forma rígida e exclusiva de interpretá-las; e outros da disposição subjetiva que cheira a particularismo ou provincianismo”.

5. O princípio de unificação e de coordenação. “Uma vez removida toda ambição de centralização, é necessário um planejamento comum que mostre a unidade no trabalho estratégico. Nesta unidade coordenada está a raiz especial da potencialidade para dispor o trabalho apostólico da maneira efficacíssimo”.

Destes cinco princípios, o P. Arrupe deduzia cinco consequências importantes para o nosso modo pós-conciliar de estar presentes em nome da Igreja no mundo como missionários:

- a) As missões são responsabilidade da Companhia e não apenas de algumas poucas províncias ou de alguns ‘chamados’ ou voluntários,
- b) A obra missionária faz parte da missão de toda e de todas as províncias, não como extensão ou acréscimo (território alternativo ou comissão externa), mas como constitutiva do seu próprio ser (do Instituto),
- c) Cada dia os problemas das missões assemelham-se mais aos que preocupam as nações ‘desenvolvidas’: o neopaganismo é um desafio em todas as sociedades,
- d) “As missões não têm apenas poder receptivo mas, ao mesmo tempo - por assim dizer - comunicativo”,
- e) É necessária e urgente a mobilidade fundamental (disponibilidade) para enviar a missões mesmo aqueles que não pediram para ser enviados.

Quis partilhar convosco este tesouro da ‘parresia’ do P. Arrupe porque nos coloca, de forma atual e renovada, perante o que é mais próprio do nosso Instituto: a missão. Ele nos permite refletir e rever atitudes e práticas pessoais e institucionais (nas províncias, obras e redes) para calibrar que tanto estamos ‘afinados’ com a partitura que o Espírito Santo está tocando em meio às urgências e desafios do mundo de hoje.

Deixo-vos com este parágrafo do mesmo discurso que o P. Arrupe refere à colaboração mútua: “...nisto a nossa Companhia tem uma possibilidade extraordinária, e duvido muito que outras instituições possam ultrapassar a nossa Companhia neste campo. **Se há capacidade e oportunidade, há também responsabilidade.** Abre-se aqui um campo amplo para uma sincera colaboração”.

ROBERTO JARAMILLO, S.J.
PRESIDENTE DA CPAL